



ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CEFET-MG NO PERÍODO 2007 A 2024: AVANÇOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CEFET-MG NO PERÍODO 2007 A 2024: AVANÇOS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Relatório técnico apresentado pelo mestrando João França da Costa ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente Prof. Dr. Vinicius de Souza Moreira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Resumo

04

Contexto

05

Instituição/Setor e Público-alvo

08

Diagnóstico e análise

09

Objetivos da proposta de intervenção

11

Proposta de intervenção

13

Responsáveis pela proposta de intervenção e data

17

Referências

18

Protocolo de recebimento

19

RESUMO

O presente Relatório Técnico Conclusivo propõe o aprimoramento da política de assistência estudantil do CEFET-MG, a partir dos resultados da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP/UNIFAL). O estudo analisou a trajetória da assistência estudantil entre 2007 e 2024, evidenciando os avanços institucionais, os desafios de gestão e as oportunidades de aprimoramento. Constatou-se que, embora a política tenha se expandido e se consolidado ao longo das últimas duas décadas, persistem fragilidades estruturais, como a fragmentação administrativa, a ausência de indicadores de desempenho e as assimetrias na oferta de serviços entre os campi.



Diante desse diagnóstico, o Relatório Técnico Conclusivo propõe ações integradas voltadas à qualificação da governança e da gestão da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), à criação de um sistema unificado de monitoramento e avaliação, à padronização de fluxos intercampi e ao fortalecimento dos eixos psicopedagógico e de inclusão. As recomendações buscam promover maior equidade, eficiência e transparência na política, contribuindo para a permanência qualificada dos estudantes e para a consolidação da assistência estudantil como instrumento de justiça social e de fortalecimento da educação pública.



CONTEXTO

O presente Relatório Técnico Conclusivo tem como objetivo apresentar uma proposta de aprimoramento da política de assistência estudantil do CEFET-MG, construída a partir dos resultados da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP/UNIFAL-MG). A dissertação, intitulada "Assistência Estudantil no CEFET-MG (2007-2024): avanços, desafios e possibilidades", analisou a trajetória institucional dessa política ao longo de quase duas décadas, identificando marcos, transformações e desafios que orientam as recomendações aqui apresentadas. O estudo evidenciou que a consolidação da assistência estudantil no CEFET-MG está fortemente vinculada à implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pela Portaria Normativa MEC nº 39/2007 e posteriormente institucionalizado pelo Decreto nº 7.234/2010, que estabeleceu diretrizes voltadas à permanência e à equidade no ensino superior federal.

O PNAES constitui uma política pública fundamental para apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, promovendo inclusão social pela educação e garantindo condições para que esses alunos ingressem e concluam seus cursos com sucesso e dignidade. Nesse contexto, o CEFET-MG vem desenvolvendo, desde meados dos anos 2000, sua política institucional de assistência estudantil (AE) em consonância com as diretrizes do PNAES. Um marco importante foi a Resolução CD-083/2004 do CEFET-MG, que aprovou o regulamento de assuntos estudantis e antecipou princípios do PNAES como equidade, democratização do acesso e permanência qualificada, antes mesmo da formalização nacional da política. Essa iniciativa pioneira evidenciou o compromisso institucional em criar bases para a assistência estudantil, alinhando-se posteriormente às normas do PNAES.



Ao longo do período de 2007 a 2024, observa-se uma expansão e uma consolidação gradual da assistência estudantil no CEFET-MG, acompanhando tanto as políticas nacionais quanto as demandas internas da instituição. Neste período, estruturas administrativas especializadas foram sendo criadas e fortalecidas: a Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) em 2004; a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Estudantil (CGDE) em 2007; a Secretaria de Política Estudantil (SPE) em 2012, culminando na criação da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE) em 2020. Em paralelo a tudo isso, a AE foi incorporada aos instrumentos de planejamento estratégico da instituição (PDIs 2005–2010, 2011–2015, 2016–2022, 2023–2027), sinalizando que houve um empenho político em sustentar essas ações no longo prazo. Também foram estabelecidas coordenações programáticas temáticas como, por exemplo, de acompanhamento pedagógico (CPAP), de inclusão e diversidade (CPID), além de coordenações locais nos campi (CDEs), responsáveis pela execução direta dos programas e pelo levantamento das necessidades dos estudantes em cada unidade.

É possível concluir que essa estrutura diversificada buscou descentralizar a política, levando-a para todos os campi e adaptando-a às especificidades regionais sem perder a orientação central.

Os investimentos em assistência estudantil cresceram significativamente nesse intervalo, refletidos tanto em números de atendimentos quanto na diversidade de ações ofertadas. O número de estudantes beneficiados por auxílios financeiros (bolsas) aumentou de 492 em 2007 para quase 5.000 em 2021, durante o pico observado no contexto da pandemia, estabilizando em torno de 2.054 bolsistas atendidos em 2024. Essa expansão evidencia o esforço contínuo em ampliar a cobertura do programa, com a introdução de diferentes modalidades de auxílio (bolsa permanência, bolsa de complementação educacional, bolsa emergencial e bolsa alimentação, entre outros).

No plano da segurança alimentar, o CEFET-MG passou de uma oferta incipiente para a implantação de sete restaurantes estudantis próprios ao longo do período, localizados em Belo Horizonte (campi I e II) e em unidades do interior (Araxá, Contagem, Curvelo, Divinópolis e Varginha).

A assistência estudantil (AE) é um conjunto de ações e políticas que têm como objetivo garantir que todos os estudantes, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades financeiras ou sociais, possam continuar seus estudos em instituições educacionais (Gomes; Passos, 2018)

Nos campi onde ainda não há restaurante, adotaram-se estratégias como a bolsa alimentação e parcerias com restaurantes terceirizados, mitigando parcialmente as desigualdades de oferta entre as unidades. Também houve avanços importantes na dimensão inclusão e apoio psicossocial: entre 2020 e 2022 consolidou-se a criação de núcleos de acessibilidade (NAAPI) em todos os campi, coordenados pela CPID na esfera da DDE, fornecendo atendimento multiprofissional a estudantes com deficiência e outras necessidades específicas. Foram adotadas ações como medidas como reconhecimento de nome social, disponibilização de intérpretes de Libras, adaptações de material didático e campanhas antidiscriminatórias passaram a integrar as práticas institucionais, reforçando a cultura de respeito à diversidade estudantil.

Convém destacar, por fim, um desenvolvimento político recente de grande relevância para a assistência estudantil: a promulgação da Lei nº 14.914/2024, que instituiu uma nova Política Nacional de Assistência Estudantil. Essa lei trouxe maior estabilidade jurídica e orçamentária à política o que pode abrir possibilidades de melhor planejamento plurianual das ações, bem como reajuste dos valores das bolsas e expansão da cobertura de atendimentos até o patamar de 1,5 salário-mínimo per capita (critério definido originalmente pelo Decreto nº 7.234/2010).

Em resumo, o pano de fundo institucional e político que norteia este relatório combina a trajetória interna do CEFET-MG que foi marcada por avanços estruturais na última década com as diretrizes nacionais do PNAES e seus marcos legais, antigos e novos. Esse contexto fornece as bases e as justificativas para a elaboração do presente Relatório Técnico Conclusivo, voltado a aprofundar a qualificação da assistência estudantil diante dos desafios remanescentes e das oportunidades atuais.

"Trata-se de uma política que se situa na interseção da assistência social com a educação e representa um avanço no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social. Por isso, é importante considerar o pressuposto da assistência estudantil de que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes nos seus cursos de graduação, gerando inclusive abandono escolar" (Imperatori, 2017, p. 298).

INSTITUIÇÃO/SETOR E PÚBLICO-ALVO

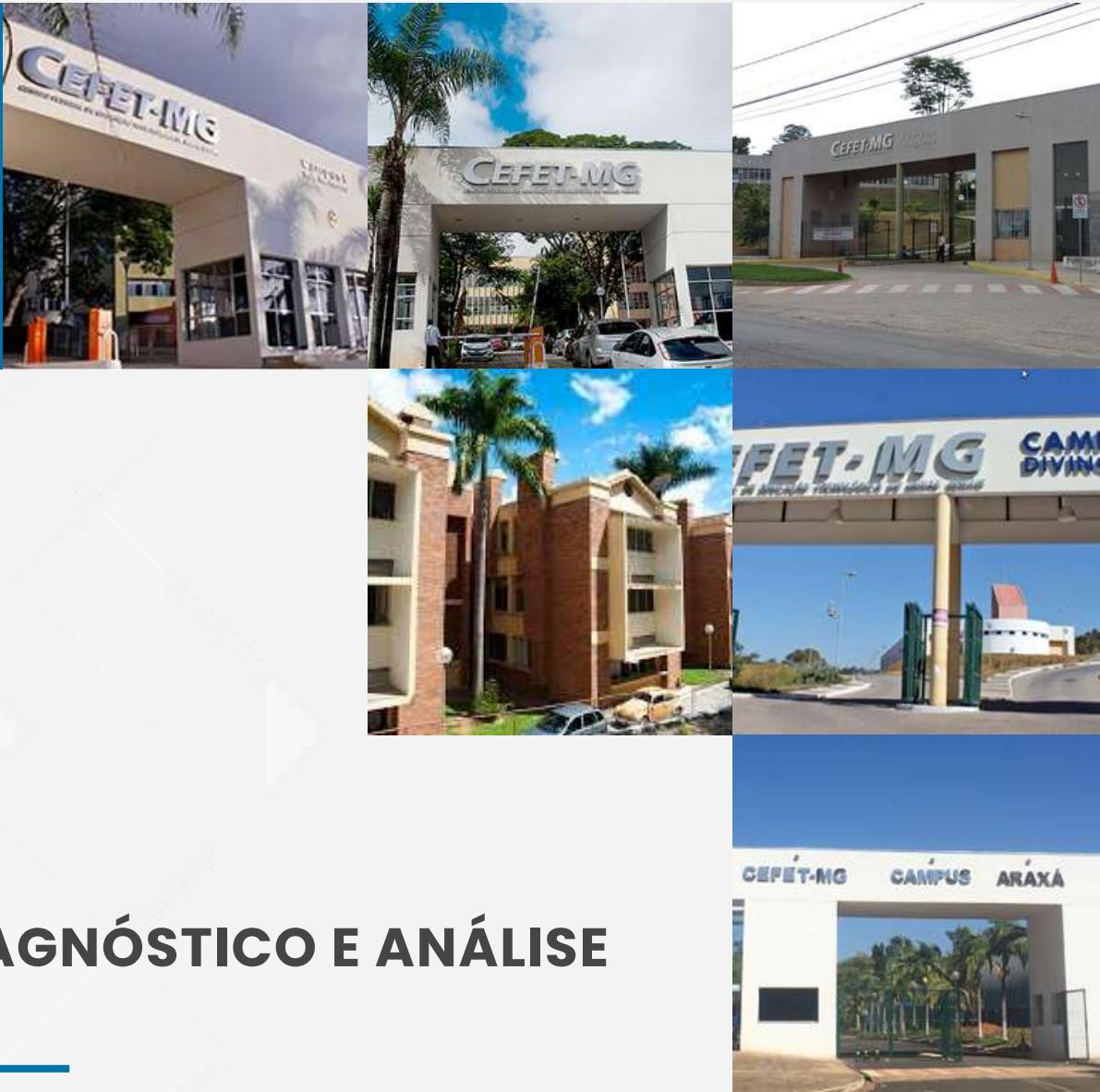
INSTITUIÇÃO/ SETOR

O presente Relatório se dirige principalmente ao CEFET/MG, através de sua Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), considerando que a pesquisa analisa diretamente a trajetória institucional da AE e propõe melhorias de governança, planejamento e avaliação da política de assistência estudantil.

PÚBLICO ALVO

Este relatório técnico tem como principal público-alvo os gestores públicos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especialmente aqueles envolvidos na implementação e execução da política de assistência estudantil. Sua leitura poderá subsidiar processos de planejamento institucional, gestão orçamentária e avaliação de resultados, ao oferecer evidências e recomendações fundamentadas em um diagnóstico detalhado da realidade institucional do CEFET-MG.

Destina-se, igualmente, aos técnicos administrativos em educação (TAEs) e às equipes multiprofissionais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, nutricionistas e intérpretes de Libras) cuja atuação é essencial para a efetivação de práticas de acolhimento, acompanhamento e inclusão estudantil. O relatório busca contribuir com o aprimoramento dessas práticas, fortalecendo a atuação integrada das equipes e favorecendo a construção de ambientes educacionais mais equitativos, que promovam a permanência qualificada e o êxito acadêmico dos estudantes.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Apesar dos progressos alcançados, a pesquisa identificou um desafio central: a política de assistência estudantil no CEFET-MG ainda enfrenta fragilidades estruturais e de gestão que limitam sua efetividade plena. Em outras palavras, ainda existem desafios institucionais, operacionais e de equidade que precisam ser superados para que os princípios da AE sejam plenamente realizados. Dentre os principais problemas evidenciados nos dados e análises da pesquisa, destacam-se:

a) Gestão fragmentada e desafios de governança:

Embora a criação da DDE e das coordenações específicas tenha estabelecido uma estrutura formal, há indicativos de fragmentação na gestão da AE. A política expandiu-se de forma descentralizada, porém sem um sistema integrado de informação e de coordenação suficientemente robusto, o que dificulta a articulação entre os níveis central (DDE), programático (CPAE, CPID, CPAP) e local (CDEs). Essa fragmentação se manifesta, por exemplo, na ausência de instrumentos unificados de monitoramento e avaliação da política, um mecanismo que já era previsto no PDI 2016–2020, mas não foi efetivamente implementado.

a) Carência de indicadores e avaliação sistemática:

Em complemento ao ponto anterior, destaca-se a inexistência de uma metodologia estruturada de monitoramento e avaliação dos programas de AE e de indicadores de resultados regularmente acompanhados. Essa carência impede não só a mensuração precisa do impacto das ações (por exemplo, quanto a assistência contribui para reduzir evasão ou melhorar desempenho acadêmico), mas também dificulta o planejamento de melhorias.

b) Assimetrias entre campi e oferta desigual de serviços:

A análise evidenciou disparidades significativas na implementação da AE entre os diferentes campi do CEFET-MG. Um exemplo evidente está na área de alimentação: enquanto sete campi contam com restaurante estudantil próprio, outras unidades (como Nepomuceno, Leopoldina e Timóteo) não dispõem desse equipamento.

a) Limitações orçamentárias e tensões de equidade:

A forte dependência do PNAES como fonte de financiamento expôs a assistência estudantil a oscilações orçamentárias significativas nos últimos anos (por exemplo, cortes e contingenciamentos em 2015 e 2019). Essas restrições de recursos impuseram escolhas difíceis de priorização por parte do CEFET-MG, muitas vezes focando em ações básicas e emergenciais em detrimento de iniciativas de longo prazo.

b) Gargalos em áreas não atendidas (moradia e transporte):

Por fim, a dissertação identificou lacunas importantes em duas áreas tradicionalmente ligadas à permanência estudantil: moradia e transporte. Apesar de previstas como diretrizes nos PDIs anteriores, nenhuma residência estudantil foi implementada até 2024, e não há um programa institucional de auxílio-moradia em funcionamento. Da mesma forma, o transporte estudantil (por exemplo, apoio a deslocamento de alunos de regiões distantes ou sem linha direta) permanece um desafio pontual, atendendo apenas demandas específicas e sem cobertura abrangente.

OBJETIVOS DA PROPOSTA

Diante do cenário analisado e exposto anteriormente, a proposta de intervenção que procuramos delinear no Relatório Técnico Conclusivo possui objetivos centrais voltados a procurar sanar as deficiências identificadas e aprimorar a política de assistência estudantil no CEFET-MG. Os objetivos podem ser sintetizados em três eixos principais:

1. Qualificar a gestão da Assistência Estudantil:

A ideia é desenvolver e implementar melhorias nos processos de gestão, governança e coordenação da AE, de modo a superar a atual fragmentação e aumentar a eficiência administrativa. Isso implica em fortalecer a atuação da DDE e promover a sua integração com as coordenações setoriais e locais, assegurando comunicação ágil e alinhamento estratégico em toda a instituição. Com isso, pretende-se avançar em uma governança mais coesa, transparente e participativa, na qual as decisões sobre assistência estudantil sejam tomadas com base em dados e em diálogo com a comunidade.



“

“

2. Fortalecer a avaliação e o planejamento da política:

A outra ideia é instituir mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação de resultados e planejamento estratégico na assistência estudantil. Esse objetivo envolve a criação de indicadores de desempenho (por exemplo, taxas de permanência e diplomação dos bolsistas, tempo médio para conclusão de curso, níveis de satisfação dos atendidos, bem-estar dos discentes) e a implantação de um sistema integrado de informações que centralize os dados de todos os campi. Com essa base informatacional, será possível realizar avaliações periódicas da efetividade dos programas, identificar pontos falhos ou bem-sucedidos e planejar ações futuras com maior precisão.

3. Promover maior equidade entre os campi e os estudantes:

A terceira ideia consiste em reduzir as assimetrias atualmente existentes e assegurar que a assistência estudantil atenda de forma mais equilibrada a todos os estudantes independentemente do campus de origem ou de sua condição socioeconômica. Isso inclui, no nível intercampi, diminuir as discrepâncias de infraestrutura e serviços, por exemplo, elaborando e executando um plano de expansão do Programa de Alimentação para alcançar os campi que hoje não possuem restaurante estudantil, garantindo padrões mínimos de atendimento em cada unidade. Inclui, também, a padronização de critérios e procedimentos, para que todos os alunos tenham acesso aos benefícios segundo as mesmas regras e qualidade de serviço, evitando desigualdades regionais.





PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Com intuído de alcançar os objetivos acima e superar os desafios apresentados no diagnóstico da situação institucional, o relatório propõe um conjunto de ações de intervenção integradas e coerentes. Essas ações aproveitam as oportunidades identificadas na pesquisa, sejam elas institucionais, normativas ou programáticas, e atacam diretamente os desafios mapeados. As principais iniciativas sugeridas são:

a) Implementação de indicadores de desempenho e sistema integrado de gestão:

Desenvolver e instalar uma plataforma unificada que permita a coleta, a análise e a divulgação de dados da assistência estudantil, contemplando indicadores-chave de resultado (por exemplo, índices de evasão entre beneficiários vs. não beneficiários, coeficiente de rendimento médio dos bolsistas, número de formados, tempo de curso, entre outros).

Esse sistema integrado de informações permitirá o acompanhamento contínuo da eficiência, eficácia e efetividade das ações e uma alocação de recursos baseada em evidências concretas. Com indicadores claros, a DDE poderá identificar rapidamente tendências (positivas ou negativas) e tomar decisões proativas, como ajustar o número de bolsas, redefinir critérios de seleção ou criar projetos de apoio acadêmico adicionais, conforme os resultados monitorados. Além disso, a transparência desses dados, compartilhados nos relatórios de gestão, reforçará a accountability institucional, prestando contas à comunidade sobre o uso do orçamento e os impactos obtidos.

b) Padronização de fluxos e procedimentos intercampi:

Estabelecer normativas e protocolos padronizados que orientem a execução da assistência estudantil em todos os campi, reduzindo discrepâncias operacionais. Essa ação envolve revisar e unificar os fluxos desde a inscrição e seleção de estudantes aos auxílios, passando pelos critérios socioeconômicos, pelos processos de acompanhamento dos bolsistas e pelos mecanismos de prestação de contas.

Com a padronização, pretende-se garantir equidade no acesso aos benefícios e uniformidade na qualidade do atendimento, independentemente de onde o aluno estude. Também inclui definir padrões mínimos de atendimento, por exemplo, metas de cobertura de refeições atendidas, frequência de atendimentos psicossociais, tempo de resposta a solicitações a serem cumpridos por cada campus, considerando as suas capacidades.



c) Integração entre setores e fortalecimento dos eixos psicopedagógico e de inclusão:

Promover uma maior integração entre a assistência estudantil e outras áreas de apoio ao estudante, aproveitando estruturas já existentes como o CPAP (acompanhamento pedagógico) e os NAAPI (acessibilidade e inclusão). A proposta consiste em promover ações integradas que considerem o estudante em sua totalidade, associando os auxílios financeiros a estratégias de apoio pedagógico e psicológico.



"A assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação. Percebe-se, então, que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, consequentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo" (Imperatori, 2017; p. 295).

Isso inclui a criação de programas como mentoria acadêmica, monitorias, atividades de nivelamento e atendimento psicológico contínuo aos bolsistas, desenvolvidos de forma colaborativa entre a DDE e as diretorias de ensino e extensão. Tais ações integradas podem prevenir reprovações e evasões ao atacar as causas subjacentes do baixo desempenho, que muitas vezes envolvem dificuldades acadêmicas ou emocionais e não apenas financeiras.

e) Ampliação dos instrumentos de escuta e monitoramento participativo:

Por fim, a proposta enfatiza a necessidade de aproximar a gestão da AE de seus beneficiários, criando mecanismos institucionais de escuta ativa dos estudantes e de monitoramento participativo. Isso envolve implementar canais regulares de feedback, como pesquisas de satisfação semestrais com os alunos atendidos, consultas públicas ou fóruns periódicos em que os estudantes possam relatar dificuldades, sugestões e avaliar os serviços oferecidos. Essa gestão democrática, com participação da comunidade discente no planejamento, execução e avaliação dos programas, está alinhada aos princípios institucionais e reforça a transparência no uso dos recursos e nos critérios de atendimento. Além disso, a inclusão dos estudantes no processo avaliativo enriquece a compreensão dos impactos da assistência estudantil, trazendo à tona dimensões qualitativas que os indicadores numéricos talvez não captem.

d) Reforço da equipe e da capacitação na DDE e núcleos locais:

Com esta iniciativa podemos enfrentar o desafio da capacidade operacional, a proposta sugere investir no fortalecimento do corpo técnico envolvido na assistência estudantil. Isso inclui tanto ampliar quantitativamente as equipes (via contratação de mais assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, nutricionistas etc., conforme a demanda de cada campus) quanto promover a formação continuada dos profissionais atuais. A consolidação dos NAAPI, por exemplo, dependerá de maior aporte de pessoal e infraestrutura para atingir uma maturidade plena e oferecer serviço homogêneo em todos os campi.

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

João França da Costa

Mestrando em Administração Pública pela Rede PROFIAP/ UNIFAL-MG.
Email: joao.franca@sou.unifal-mg.edu.br

Prof. Dr. Vinicius de Souza Moreira

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Viçosa e Professor na
Universidade Federal de Alfenas
Email: vinicius.moreira@unifal-mg.edu.br



REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil -PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS – CEFET-MG. **Relatório das ações desenvolvidas no âmbito dos Programas: Acompanhamento Pedagógico e Assistência Estudantil – 2016-2022.** Belo Horizonte: CEFET-MG, 2023c. Disponível em: https://www.dde.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/255/2023/07/Relatorio-2016-a-2022_Acoes-CPAP-e-CPAE.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS – CEFET-MG. **Relatório Anual DDE Ano de Referência 2022.** Belo Horizonte: CEFET-MG, 2023d. Disponível em: https://www.dde.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/255/2023/02/DDE_Relatorio-Anual-DDE-2022_PARA-SITE.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET-MG). **Relatórios de Gestão.** Belo Horizonte: CEFET-MG, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cefetmg.br/instituicao/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 31 out. 2025.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS CEFET-MG. Conselho Diretor. **RESOLUÇÃO CD-083/04, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2004 – Aprova o Regulamento da Política de Assuntos Estudantis.** Belo Horizonte: CEFET-MG, 2004. Disponível em: <https://www2.conselhodiretor.cefetmg.br/conselho-diretor/anos-2000/2004-2/cd-res-2004-083/>. Acesso em: 31 out. 2025.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS CEFET-MG. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).** Belo Horizonte: CEFET-MG, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cefetmg.br/instituicao/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/>. Acesso em: 31 out. 2025.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS CEFET-MG. **Autoavaliação Institucional – Comissão Própria de Avaliação (CPA).** Belo Horizonte: CEFET-MG, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cpa.cefetmg.br/autoavaliacao-institucional/>. Acesso em: 31 out. 2025.

GOMES, A. M. de O.; PASSOS, G. de O. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 415–442, 28 Jun 2018 Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9240>. Acesso em: 28 mar 2025.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285–303, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2025.

Todas as fotos presente neste relatório foram extraídas do site oficial do CEFET-MG

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

A

Diretoria de Assuntos Estudantis
CEFET-MG

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado “Assistência Estudantil no CEFET-MG no período 2007 a 2024: Avanços, desafios e possibilidades”, derivado da dissertação de mestrado “Assistência Estudantil no CEFET-MG no período 2007 a 2024: Avanços, desafios e possibilidades”, de autoria do João França da Costa.

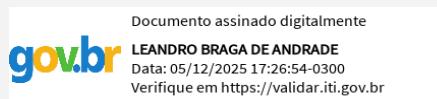
Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha/MG.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um Relatório Técnico Conclusivo e seu propósito é “Propor o aprimoramento da política de assistência estudantil do CEFET-MG, com foco na qualificação da gestão, na criação de mecanismos de monitoramento e avaliação e na promoção de maior equidade entre os campi, a partir dos resultados da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP/UNIFAL)”.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço: profiap@unifal-mg.edu.br.

Varginha/MG 04 de dezembro de 2025

Registro de recebimento



Leandro Braga de Andrade
Diretor - Diretoria de Assuntos Estudantis

Discente: João França da Costa

**Orientador: Prof. Dr. Vinicius de Souza
Moreira**

Universidade Federal de Alfenas -
Campus Varginha/MG

05 de dezembro de 2025